



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Análise, Avaliação e Financiamento das Políticas Públicas.

Mundo do trabalho: transformações e impactos na Assistência Social

Ana Lúcia da Silva Garcia¹

Resumo: Este artigo discute as transformações recentes do mundo do trabalho e seus reflexos na política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Aborda a implementação da Política de Assistência Social no Brasil, com ênfase da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS. Apresenta um breve histórico sobre a Política de Assistência no município do Rio de Janeiro e dados sobre as mudanças em sua estrutura de pessoal e formas de contratação, comprovando os efeitos negativos das mudanças recentes nos marcos regulatórios das relações de trabalho no Brasil, em confronto direto com as diretrizes apontadas pela NOB-RH/SUAS para a Gestão do trabalho nessa política.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Gestão do trabalho; Transformações no mundo do trabalho; Rio de Janeiro; NOB-RH/SUAS.

World of work: transformations and impacts on Social Assistance

Abstract: This article discusses the recent transformations of the world of work and its reflections in social assistance policy in the city of Rio de Janeiro. It addresses the implementation of the Social Assistance Policy in Brazil, with emphasis on the Basic Operational Standard of Human Resources - NOB-RH/SUAS. It presents a brief history on the Assistance Policy in the city of Rio de Janeiro and data on changes in its personnel structure and forms of hiring, proving the negative effects of recent changes in the regulatory frameworks of labor relations in Brazil, in direct confrontation with the guidelines pointed out by NOB-RH/SUAS for work management in this policy.

Palavras-chave: Social Assistance Policy; Labour Management; Changes in the world of labour; Rio de Janeiro, NOB-RH / SUAS.

1 Introdução

O trabalho, que ora apresentamos, tem por objetivo fazer uma análise sobre as transformações recentes no mundo do trabalho e seus reflexos na implementação da Política de Assistência Social, a partir do estudo de caso do município do Rio de Janeiro.

Inicialmente analisaremos dados do contexto mais global das transformações recentes do capitalismo, tanto em âmbito mundial quanto em âmbito nacional, e seus rebatimentos no mundo do trabalho e nas políticas sociais, em especial a de Assistência Social. Em seguida apresentaremos alguns dados sobre o município do Rio de Janeiro, buscando compreender os impactos desse cenário na implantação das diretrizes da área

¹ Assistente social, Mestre pela UFRJ e doutoranda do Programa de Pós graduação do Departamento de Serviço Social da PUC RIO, vinculada ao grupo de pesquisa TRAPPUS, bolsista da CAPES. Brasil, e-mail: ana-garcia2006@ig.com.br.

de Gestão do Trabalho previstas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, a NOB-SUAS, e como comprometem a qualificação e consolidação da Política de Assistência Social no Rio de Janeiro.

Esse artigo faz parte da pesquisa em andamento para minha tese de doutorado, e das pesquisas empreendida pelo Núcleo de pesquisas TRAPPUS da PUC Rio.

2 As transformações recentes no mundo do trabalho e suas consequências para os trabalhadores brasileiros

Iniciamos nossa análise considerando as mudanças ocorridas na sociedade e no próprio capitalismo em âmbito mundial e nacional, tendo início na década de 1960, nas quais ocorreram profundas transformações no capitalismo contemporâneo, potencializadas pelas revoluções tecnológicas e informacionais. Uma variedade de Estados social democratas, democratas cristãos e dirigistas que emergiram na Europa depois da II Guerra Mundial, baseavam-se numa forma liberal de Estado, que Harvey (2014) denomina de “Liberalismo Embutido”, que se expandiu nas décadas de 1950-60, e começou a ruir no final dos anos 1960, com uma grave crise de acumulação, desemprego, inflação, que durou até os anos 1970, gerando estagnação. Foram adotadas medidas de austeridade, com controle de salários, preços, reprimindo as aspirações dos trabalhadores.

Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação formaram a base para o surgimento de uma nova corrente de pensamento econômico - o neoliberalismo, que faz fortes críticas ao modelo keynesiano de Estado Social que surgiu em alguns países da Europa. O Welfare State – Estado de bem estar social foi uma política de aportes sociais para enfrentamento da crise do capital, que garantiam o aumento do poder de consumo da classe trabalhadora como uma estratégia para combater a crise econômica. Essa estratégia foi implementada através da negociação entre governos e organizações de trabalhadores (sindicatos, partidos políticos) em alguns países como a Inglaterra, Bélgica, e outros. Foi através de um conjunto de medidas de política salarial, salário desemprego, e diversos direitos da classe trabalhadora, que reaqueceu a economia, além da redução de greves e conflitos entre trabalhadores, capitalistas e Estado. Este último ganhou força como importante agente político e econômico, financiador de políticas sociais, regulador dos direitos da classe trabalhadora e das políticas salariais.

Porém, a recessão de 1974-1975 a capacidade de produção ampliada pelas novas tecnologias encontrou seus limites frente à incapacidade do consumo de massa, provocando uma estagnação da economia. Este foi o cenário no qual teve início a propagação da ideologia neoliberal (meados da década de 70 e início da década de 80), e que contribuiu para a expansão da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos em escala mundial. Foi através de organismos financeiros como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que os EUA e seus aliados passaram a ditar as regras que condicionariam os empréstimos e investimentos nos países em crise financeira, tornando-os países endividados e subservientes aos interesses dos países de capitalismo mais avançado. Através de tratados e acordos como o Consenso de Washington, propõem mudanças em relação ao papel do Estado, com medidas voltadas para desregulação da economia, do custo da mão de obra trabalhadora, redução dos gastos públicos, redução do investimento em políticas sociais e privatizações.

O capitalismo monopolista que surge nas últimas décadas do século XIX, introduz novas dinâmicas para acumulação e expansão do capital, através da internacionalização do capital, uma nova divisão internacional do trabalho, aumento das estruturas de trustes e cartéis, deixando enfraquecidas as economias e organizações nacionais, caracterizando uma nova fase – o imperialismo global. Simultaneamente verifica-se o surgimento e rápida expansão da gerência científica organizando a produção, pois a internacionalização do mercado tem como exigências a criação de novas estruturas administrativas, gerenciais e de logística para fazer frente aos negócios.

A empresa como uma forma desfaz o vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual, e o capitalismo monopolista ergue-se sob sua forma. Imensos agregados de capital podem ser reunidos e ultrapassam de longe a soma da riqueza daqueles diretamente associados com a empresa. O controle operacional recai cada vez mais sob um funcionalismo gerencial para cada empresa. Pode-se dizer que os dois lados do capitalista, proprietário e administrador, antigamente unidos numa mesma pessoa, agora tornam-se aspectos de classe. (BRAVERMAN, 1977, p.221-222).

Todas essas transformações geram uma nova dinâmica e novas requisições nos processos de trabalho e nas ações do Estado, com forte crescimento de um aparato gerencial que cresce e se expande inicialmente no âmbito do mercado, e posteriormente se insere e difunde-se no aparato estatal. Associado ao gerencialismo, temos o rápido crescimento do setor de serviços, o “Terceiro Setor” como nova modalidade de atividade lucrativa para o capital, que se expande por novos domínios, reorganizando a sociedade,

criando uma nova distribuição do trabalho, novos perfis de trabalhadores, aumentando a variedade de segmentos da classe trabalhadora.

Na virada do século XX para o XXI, o capital enfrenta uma crise estrutural destrutiva, que compromete as possibilidades de sobrevivência de largos segmentos populacionais, em diversos continentes do planeta:

A massa de capitais acumulados pela expansão é redirecionada para os setores improdutivos – militar, financeiro especulativo – diminuindo a continuidade do ciclo de reprodução do capital, proporcionado pelos investimentos produtivos. A irracionalidade do sistema capitalista, regido pela lei do valor, e as contradições próprias que levam a economia mundial a um superaquecimento irremediável, revelam-se sobre o véu especulativo parasitário. (MANDEL, 1990, p. 215)

A crise provocada pela nova configuração do capitalismo e suas relações com o mundo do trabalho, continuam a ter como eixo central da dinâmica da sociedade o modo de produção capitalista e a classe trabalhadora, que vai sendo deslocada, realocada, assumindo novas configurações e sendo explorada sobre novas modalidades.

O que ocorreu, na verdade, é que no contexto de mudanças implementadas pelo capital no cenário mundial, a classe trabalhadora ficou mais complexa, fragmentada e heterogênea (ANTUNES, 1999) [...] Constituiu-se de um lado um contingente reduzido de trabalhadores polivalentes e multifuncionais, e de outro, uma grande massa precarizada de trabalhadores sem qualificação (subempregados e “informalizados”) atingida pelo desemprego estrutural. (STAMPA, 2012, p. 44-45).

Contudo, no Brasil, na década 2000-2010, a despeito das orientações neoliberais, principalmente a partir da gestão dos presidentes Lula e Dilma (Partido dos Trabalhadores), verificamos um período de inflexão na política econômica e social, com crescimento econômico, aumento de emprego, redução da pobreza. Esse estilo de governo com forte ênfase no “social” foi definido por alguns estudiosos como um “modelo neodesenvolvimentista”, que associa ao desenvolvimento econômico o consumo de massa, a “inclusão social” e a oferta de políticas sociais básicas, imprimindo um caráter diferenciado das diretrizes da ortodoxia neoliberal.

Trata-se de um modelo que conjuga, além do crescimento econômico, a reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais); reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e choque distributivo. Este último, sobretudo no que tange ao reajuste do salário mínimo e dos benefícios sociais (previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial), política de habitação popular (o Programa Minha Casa Minha Vida), financiamento à agricultura familiar e expansão do crédito para pessoas físicas.” (MARQUES, 2016, p.58)

Segundo dados do IBGE, a era Lula e Dilma foi marcada por importantes avanços nos indicadores sociais de emprego, escolaridade.

Os dados da PME do IBGE nos mostram que: entre março de 2002 e dezembro de 2014, o número de pessoas desempregadas nas regiões metropolitanas caiu de um total de 2,6 milhões para 1,1 milhão de desempregados. Entretanto, com a crise do neodesenvolvimentismo a partir de 2013, tivemos aumento do desemprego entre a camada média da juventude altamente escolarizada, o que explica a insatisfação da juventude precária nas manifestações de protestos dos jovens das principais cidades brasileiras em junho de 2013. (ALVES, 2016, p.47- 48)

Conforme podemos verificar, o modelo de desenvolvimento econômico e social implantado é permeado por enormes contradições. Se por um lado avança na implantação de políticas promovendo parcialmente a recuperação do poder de compra da classe trabalhadora e dos aposentados, com uma política de reajuste do salário mínimo, por outro lado, continua apoiando uma elite dominante no seu processo de acumulação de riquezas, como veremos a seguir.

A política de ajuste neoliberal adotada pelo governo Dilma, logo que tomou posse em 2015, levou o país a uma profunda recessão da economia. O ajuste fiscal com o contingenciamento de investimentos públicos, o aumento dos juros da taxa Selic pelo Banco Central, contribuíram para a estagnação da economia brasileira. As políticas neoliberais adotadas pelo ministro Joaquim Levy debilitaram a demanda efetiva da economia, aprofundando a queda da arrecadação fiscal e o aumento da dívida pública. Assim, o mercado de trabalho começou a se degradar efetivamente a partir da recessão de 2015. (ALVES, 2016, p. 45)

A crise que leva à queda do governo petista em 2016 através de um processo de impeachment bastante polêmico e manipulado pelas forças políticas à serviço do grande capital, é interpretada segundo MORENA (2016), como reflexo da disputa pela distribuição dos escassos recursos do governo federal. Como consequência desse processo, várias medidas foram adotadas no governo do presidente Michel Temer (PMDB), que apontam para uma reorientação drástica dos recursos antes investidos no social. Porém, os novos problemas que afetam a classe trabalhadora, não são só o desemprego, mas as diversas formas e estratégias de **precarização do trabalho**:

A nova precariedade salarial é a nova forma de ser do mercado de trabalho nas condições históricas da acumulação flexível. Entretanto, a precarização do trabalho implica também a disseminação do trabalho flexível por meio das remunerações flexíveis vinculadas a metas de produção. (...) A terceirização no setor privado deve ocorrer não apenas nas atividades-meio, mas também nas atividades-fim. Portanto, deve se tornar ampla e irrestrita. Um detalhe: a terceirização pode ser implantada hoje nas atividades-fim do setor público no

Brasil, demonstrando assim a vigência do Estado neoliberal no Brasil, mesmo na era do neodesenvolvimentismo.(ALVES, 2016, p. 46-47)

As expressões da questão social no Brasil no novo século são acrescidas de novos elementos, que nos fazem concordar com ALVES (2016, p.44) quando denuncia que “*a terceirização é a antessala da barbárie social amplificada*”.

3 A Política de Assistência Social, a NOB-RH/SUAS e a Gestão do Trabalho

Desde seu nascimento, a Política de Assistência Social encontra-se marcada por inúmeras contradições, que refletem a disputa de interesses antagônicos vigentes à época, num período de crescente pobreza e desigualdade social:

Pois se por um lado os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de participação política, por outro, a inserção do estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos desarticuladores, de desmonte e retração de direitos e investimentos no campo social. (COUTO; ROJAS; RAICHELIS, 2012, p. 56)

Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, cujos dois mandatos (de 1995 a 2003) se deram após a promulgação da Constituição Federal (1988) e da Lei Orgânica da Assistência Social (1993), verificamos o alinhamento às diretrizes neoliberais e, conseqüentemente, a resistência em adotar as medidas necessárias para a implementação da LOAS. As ações sociais executadas pelo governo federal anteriormente através da Legião Brasileira de Assistência - LBA foram substituídas pelo Programa Comunidade Solidária, conduzidas pela primeira dama Ruth Cardoso, com uma nova roupagem técnica e modernizante, estimulando a criação de organizações da sociedade civil (ONGs) para a realização de projetos sociais. A onda do “terceiro Setor” como a solução para as questões sociais foi amplamente estimulada, e recursos federais eram repassados ao Programa Comunidade Solidária, que financiava projetos da sociedade civil,

Porém, apesar dessas dificuldades, houve muito trabalho e empenho de profissionais da área no sentido de contribuir para a afirmação da Política de Assistência Social. Foram elaboradas algumas versões/propostas para o texto da Política Nacional de

Assistência Social - PNAS ao longo de uma década, até sua aprovação em 2004, conforme aponta Alchorne (2016, p. 67): PNAS 1994- redação preliminar não aprovada; PNAS 1997 – proposta preliminar não aprovada; PNAS 1998- Resolução do CNAS nº207/98, de 16/12/1998; PNAS 2004- Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004.

Mas é a partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que esse cenário se modifica. A Política de Assistência Social passou a receber por parte do governo federal, atenção e suporte legal, institucional e financeiro para sua concretização. Temos então uma intensa produção de mecanismos, legislações, normativas e orçamento que tornaram possível sua efetivação enquanto política concretamente. Em 2004, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, e da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, permitiu a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Em dezembro de 2004, após ampla mobilização nacional, o CNAS Conselho Nacional de Assistência Social editou a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, o Sistema Único de Assistência Social- SUAS em 2005 e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH.

Neste trabalho, daremos ênfase à NOB-RH/SUAS, que apresenta os PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NACIONAIS PARA A GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS, destacando a Gestão do Trabalho como eixo imprescindível para a qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial, para a qualificação e valorização dos trabalhadores. Reafirma que o caráter público da prestação de serviços socioassistenciais requer a existência de servidores públicos responsáveis por sua execução. Ressalta a importância da realização de concursos públicos e de preenchimento de cargos por servidores concursados. Estabelece uma Política Nacional de Capacitação (posteriormente consolidada no documento Política Nacional de Educação Permanente (PNEP)), que promova a qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros, de forma sistemática, contínua. Propõe a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização. Defende uma gestão participativa com controle social e participação dos trabalhadores. Cria o sistema de informação do SUAS.

Uma das medidas mais importantes nessa área foi a Resolução nº 17/2011 do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, que ampliou o elenco de categorias profissionais que podem compor as equipes de referência dos serviços de proteção social

básica, indicando parâmetros para a seleção de profissionais a partir das especificidades locais, do conhecimento das necessidades de seus usuários e da disponibilidade de profissionais na região. A mesma resolução apresenta as categorias profissionais de nível superior que podem atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e também descreve as de nível superior que poderão compor a equipe de gestão do SUAS. Esta é uma das diretrizes mais impactantes da NOB-RH, pois visa romper com todo histórico de assistencialismo, voluntariado e filantropia que perpassa as iniciativas assistenciais anteriores à PNAS, buscando imprimir um caráter profissional especializado para os serviços.

Ao delimitar o conjunto de profissionais necessários para a **Gestão do SUAS**, a NOB RH/SUAS estabelece que para as funções de coordenação devam ser priorizados os servidores efetivos. As categorias profissionais de nível superior para a gestão do SUAS são definidas na resolução do CNAS nº17/2011, e apresenta de forma detalhada em outro item as funções específicas da área de gestão do trabalho para a gestão federal, estadual e municipal.

4 A Política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro

O município do Rio de Janeiro tem uma longa história de atenção às questões sociais, que assumem um formato institucional ainda na década de 70, sobre forte influência do governo do Estado, de Leonel Brizola, que passou a se relacionar fortemente com as associações de moradores de favelas e reconhecer a necessidade de intervenção estatal nas precárias condições de vida nas favelas, tendo o eixo saneamento/urbanização como foco. No município do Rio, o prefeito Saturnino Braga segue a mesma linha, e a prefeitura começa inúmeros projetos junto às favelas, em estreita parceria com suas associações de moradores, com iniciativas de mutirões envolvendo a mão de obra das comunidades, os equipamentos comunitários passam a receber os recursos da prefeitura, numa parceria até então inédita. Segundo Alchorne (2012, p. 76): “Entre 1986 e 1990, as ações da SMDS eram voltadas para creches, urbanização, população de rua, movimentos comunitários, geração de renda, defesa civil comunitária.”

A partir de 1993 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro cria as Coordenadorias Regionais- CR e os CEMASIS- Centros Municipais de Atendimento Social Integrado,

descentralizando a coordenação das ações sociais nas diversas regiões da cidade. Os CEMASIS passam a ser os pólos de atendimento à população com serviços sociais.

Em 1996 é criado o Conselho Municipal de Assistência Social (Lei nº 2.469 de 30/08/1996). Em 2001, foi criado o Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS (Lei nº 3.343/2001), com vistas ao planejamento, coordenação, supervisão das ações dos assistentes sociais em diversos órgãos do município, de acordo com o modelo matricial implantado na Prefeitura.

Em 2004, visando adequar-se às diretrizes da recém instituída Política Nacional de Assistência Social- PNAS, a Prefeitura altera o nome da Secretaria de Desenvolvimento Social para Secretaria Municipal de Assistência Social (Lei Municipal nº 3.743 de 07/05/2004) e transforma os CEMASIS em Centros de Referência da Assistência Social (Decreto Municipal nº 24.275 de 18/10/2004). Além disso, mudanças nas ações sob sua responsabilidade impactaram fortemente o trabalho até então desenvolvido pela Secretaria, em especial junto às creches comunitárias.

Em 2003 a SMDS passou por um reordenamento tendo como uma de suas principais mudanças, a transferência das creches comunitárias conveniadas até então com a SMDS para a Secretaria Municipal de Educação, e a criação da Escola Carioca de Gestores da Assistência Social.” (GARCIA; BARRETO, 2016, p. 155-156.)

Esse processo foi cheio de conflitos e lutas de resistência à essa mudança por parte dos trabalhadores, tendo em vista uma forte vinculação dos agentes comunitários com a Secretaria. A transferência se deu em função das mudanças na legislação nacional da educação, que passou a reconhecer o direito à creche como obrigação do Estado e dever da Secretaria de Educação. As trabalhadoras das creche foram reconhecidas como agentes comunitárias e depois de anos de luta passaram a fazer parte do quadro de pessoal da secretaria de Assistência Social, com status de funcionários públicos. Ou seja, a Secretaria repassou os equipamentos creches comunitárias para a Secretaria de Educação e ficou com os trabalhadores das creches, que passaram a atuar nos Centros de Referência de Assistência Social.

Segundo estudo realizado em 2016 pela Gerência de Regulação do Trabalho da Coordenadoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social – CGSIMAS, podemos ter uma clara visão de como se deu a composição do quadro de trabalhadores no município do Rio de Janeiro.

Quadro nº 1: Quantitativo de assistentes sociais concursados que ingressaram na SMDS no período compreendido entre os anos de 2003 a 2011.

2003	2004	2006	2007	2008	2009	2011
247	491	106	28	102	10	08

Fonte: DS/SUBG/GRH (GUIMARAES; SILVA; TORRES, 2016, p. 168).

A partir de 2011, uma outra mudança na gestão de pessoal se verifica, em função do aumento expressivo de unidades e serviços da secretaria: o aumento de convênios com as organizações não Governamentais para a contratação de diversas categorias de trabalhadores e terceirização de serviços de fornecimento de pessoal, transportes e alimentação.

A Prefeitura do Rio de Janeiro priorizou até então a realização de concursos públicos apenas para a categoria de assistentes sociais, visto que a Lei do SIMAS proíbe a contratação de assistentes sociais, que são os agentes principais da política de assistência social. Um outro dado importante é que por ter absorvido um grande contingente de agentes comunitários em sua estrutura funcional, foram eles que assumiram diversas funções, de acordo com sua experiência e grau de escolaridade. Assim encontramos agentes comunitários nas funções de auxiliar de serviços gerais, copeiras/cozinheiras, recepcionistas, educadoras sociais, dinamizadora de oficinas, auxiliar administrativo, e em alguns poucos casos em cargos de gestão como diretoras de unidades, coordenadoras regionais, assistentes de coordenação. Porém este é um cargo em extinção, para o qual não há previsão de reposição.

Até o referido ano (2011) as metas da Secretaria no que se refere ao quadro de recursos humanos estavam pautadas no fortalecimento do número de servidores públicos. Tal investimento entra em declínio a partir dos seguintes fatos: ampliação dos convênios com as ONGs em 2011; não realização de novos concursos públicos; expressivo número de aposentadorias ocorridas em 2015 e 2016. Mediante tais fatos, a SMDS que em 2011 mantinha um quantitativo majoritário de servidores públicos, inverte esta condição, possibilitando que hoje tenhamos no quadro de RH da Secretaria 64% deste quantitativo ocupado por funcionários conveniados, conforme demonstra o quadro nº4. (GUIMARAES; SILVA; TORRES, 2016, p. 169)

Quadro nº 2: Perfil dos Trabalhadores por tipo de vínculo

Estatutários	Outros vínculos	Somente comissionados	Total
--------------	-----------------	-----------------------	-------

1334	2435	25	3794
------	------	----	------

Fonte: Dados retirados dos instrumentos de monitoramento de RH (GRT/SIMAS) junho de 2016. (GUIMARAES; SILVA; TORRES, 2016, p. 169)

Dentre as categorias de servidores públicos no período 2011 a 2016, que mais se aposentaram destacam-se: assistentes sociais (123); Agentes comunitários nível I (120); agentes comunitários nível II (133), agentes administrativos (29), profissionais de nível superior (25). (GUIMARAES; SILVA; TORRES, 2016, p. 170)

A área de Gestão do Trabalho também aponta para a necessidade de investimento na educação permanente dos trabalhadores dessa política. No município do Rio de Janeiro, no período estudado neste artigo, dois órgãos foram criados para dar conta da formação dos trabalhadores: a Escola Carioca de Gestores da Assistência Social, em 2003, que posteriormente foi substituída pelo Centro de Capacitação da Política de Assistência Social Este buscou realizar seu planejamento de acordo com as diretrizes nacionais da Política, e emvidou esforços para promover atividades de educação permanente na Secretaria, contemplando através do Plano Municipal de Educação Permanente, atividades tanto para servidores públicos como para trabalhadores conveniados e da rede socioassistencial, reconhecendo que todos são trabalhadores da política de Assistência Social. Segundo FERREIRA et all, 2016: “no período compreendido entre 2013 e 2016, o Centro de Capacitação da política de Assistência Social da SMDS promoveu ações que abrangeram um total de 6288 profissionais”.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Desenvolvimento Social contava em sua estrutura em 2016 com 47 CRAS, 16 CREAS, 2 Centros Pops, 16 Unidades de Reinserção Social, 10 Coordenadorias Regionais, toda estrutura de gestão no nível central, além de ser responsável por prover os recursos humanos para o funcionamento dos conselhos a ela vinculados (da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e 19 Conselhos Tutelares – equipes de apoio).

5 Considerações Finais

Acreditamos que a Política de Assistência Social, e em especial a NOB-RH/SUAS vem contribuindo para a superação de uma longa tradição de que para os pobres basta o voluntariado, a benesse apenas em períodos eleitorais. Mas sabemos que a retomada da

ortodoxia neoliberal vem incidindo negativamente sobre a Política de Assistência Social, pois a redução de orçamento para as políticas públicas, a precarização das relações de trabalho, entre outros problemas, coloca-se como um grande obstáculo para a realização de concursos públicos, para a ampliação do escopo de categorias trabalhadoras, para a elaboração de planos de cargos e salários dos trabalhadores, para que sejam feitos investimentos em qualificação profissional.

Assim, podemos identificar neste breve artigo, como na história recente do município do Rio de Janeiro, são visíveis a partir de 2011, os impactos negativos das diretrizes neoliberais sobre a Política de Assistência Social. Na contramão do que propõe a NOB-RH/SUAS, não há investimento em concursos públicos, para compor ou recompor as categorias profissionais previstas; a terceirização da mão de obra é praticada em larga escala, através de contratos temporários via convênios com organizações prestadoras de serviço; o atraso no repasse de recursos públicos para essas organizações implica em atrasos salariais e compromete o funcionamento regular dos serviços; o rebaixamento dos salários através da criação de cargos genéricos que desvinculam do piso salarial de categorias profissionais.

As contradições aqui sinalizadas tanto em âmbito nacional quanto no âmbito municipal demonstram que existe um campo de lutas e disputas sendo travadas, e que não devemos desistir da luta pela consolidação de direitos sociais, tendo em vista todo o histórico aqui relatado sobre as conquistas na área de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALCHORNE, Sindely Chahim de Avelar. **Das Políticas Nacionais aos Planos Municipais**: Avanço da Política Pública de Assistência Social em Metrôpoles – Estudo das Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tese de doutorado em Serviço Social. São Paulo, PUC/SP, 2012.

ALCHORNE, Sindely. Assistência Social: análise de normativas. In: Marcio Eduardo Brotto, Aldaíza Sposati, Mônica Senna (org.). **Assistência Social**: política e pública. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016 (Coleção O social em debate, v. 1) – PUC RJ: Departamento de Serviço Social, p.65-90

ALVES, Giovane. A volta da barbárie? Desemprego, terceirização, precariedade e flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho. **IHU ON LINE- Revista do Instituto Humanitas UNISINOS**, n. 484, ano 16, p. 44-49, 2 maio 2016.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011**. Brasília: MDS, 2011

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. **Resolução CNAS nº 33, 12.12.2012**. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 269, de 26 de dezembro de 2006**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS, 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no séc. XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 (Biblioteca de Ciências Sociais)

COUTO, Berenice; YAZBEK, Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS**: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. Berenice Rojas Couto [et all], 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

FATTORELLI, Maria Lucia. A contrarreforma previdenciária. **IHU ON LINE - Revista do Instituto Humanitas UNISINOS**, n. 480, ano 16, p. 39-43, 7 mar. 2016.

FERREIRA, Aline Souto Maior et al. **O Planejamento e a oferta de ações de capacitação**: notas a cerca do processo de implantação do Plano Municipal de Educação permanente no Município do Rio de Janeiro In Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): questões contemporâneas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social. 2. Viviane Pereira da Silva, Aline Souto Maior Ferreira (org.) Rio de Janeiro: 2016.

GARCIA, Ana Lúcia S., BARRETO, Sandra R. M. A Gestão do Trabalho na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social- SMDS/RJ. In: Viviane Pereira da Silva, Aline Souto Maior Ferreira (org.). **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**: questões contemporâneas. 2. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, 2016.

GUIMARAES, Anizete, SILVA, Ana Beatriz, TORRES, Lucia Helena. Perfil dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. In: Viviane Pereira da Silva, Aline Souto Maior Ferreira (org.). **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): questões contemporâneas**. 2. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, 2016.

HARVEY, David. O neoliberalismo: historia e implicações. 5 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

MANDEL, E. **A crise do Capital**. São Paulo: Ensaio UNICAMP, 1990.

MARQUES, Morena G. O fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe a ortodoxia neoliberal. **Ser Social**, v. 18, n. 38, 2016.

STAMPA, Inez T. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta-Revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 35 – 60, 2º semestre de 2012.